COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 9.568, DE 2018

Acrescenta inciso ao art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

Autor: Deputado AUGUSTO CARVALHO

Relator: Deputado HILDO ROCHA

I - RELATÓRIO

Encontra-se no âmbito desta Comissão o Projeto de Lei nº 9.568, de 2018, de iniciativa do Deputado Augusto Carvalho, cujo teor objetiva o acréscimo de um inciso ao caput do art. 835 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) essencialmente para explicitar a penhorabilidade de bens intangíveis como o domínio na *Internet (website)* e outros relacionados com o comércio eletrônico.

Adicionalmente, é previsto no âmbito da referida proposição que a lei almejada entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

Tal proposta legislativa é justificada pelo autor sob o argumento de que, havendo já reconhecimento jurisprudencial no sentido de ser legítima a penhorabilidade de bens intangíveis como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores (*website*) e outros relacionados com o comércio eletrônico, é oportuno e adequado incorporar à matriz legal sobre o processo civil esse referido entendimento.

Por despacho da Mesa Diretora desta Câmara dos Deputados, a aludida proposição foi distribuída para análise e parecer a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nos termos do que dispõem os artigos 24

e 54 do Regimento Interno desta Casa a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Consultando os dados relativos à tramitação da referida matéria no âmbito desta Comissão, observa-se que o prazo concedido para oferecimento de emendas se esgotou sem que qualquer uma tenha sido ofertada em seu curso.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre o projeto de lei em tela quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

O referido projeto de lei se encontra compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa legislativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nele versada (Constituição da República de 1988: Art. 22, *caput* e inciso I, Art. 48, *caput*, Art. 61, *caput*). Vê-se, pois, que tal proposição obedece aos requisitos constitucionais formais exigidos para a espécie normativa.

Além disso, ela não contraria, à evidência, normas de caráter material erigidas pela Carta Magna, bem como os princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico.

No que diz respeito à técnica legislativa empregada no projeto de lei em análise, é de se verificar que se encontra de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, salvo quanto à ausência de emprego de um artigo inaugural que deveria enunciar o objeto da lei pretendida e o respectivo âmbito de aplicação e à utilização, no

texto de dispositivo projetado, de palavra em idioma estrangeiro (estrangeirismo), qual seja, “*website*”, o que pode contribuir para a falta de clareza do texto legal.

Quanto ao mérito, assinale-se que a inovação legislativa material proposta no bojo do projeto de lei em exame se afigura judiciosa, razão pela qual merece vingar.

Veja-se que o art. 835 do Código de Processo Civil, ao estabelecer uma ordem de preferência para a penhora, estatui o seguinte:

“Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;

II - títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado;

III - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;

IV - veículos de via terrestre;

V - bens imóveis;

VI - bens móveis em geral;

VII - semoventes;

VIII - navios e aeronaves;

IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias;

X - percentual do faturamento de empresa devedora;

XI - pedras e metais preciosos;

XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia;

XIII - outros direitos.

§ 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

§ 2º Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.

§ 3º Na execução de crédito com garantia real, a penhora recairá sobre a coisa dada em garantia, e, se a coisa pertencer a terceiro garantidor, este também será intimado da penhora.”

De acordo com esse artigo, será prioritária a penhora de dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira. Mas não se encontrando dinheiro, outros bens e direitos poderão ser penhorados, podendo o juiz, nessas hipóteses, alterar a ordem de preferência prevista de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

Por sua vez, na previsão relacionada a “outros direitos” contida no inciso XIII do caput do referido artigo, podem se encaixar inúmeras possibilidades, inclusive a penhora de estabelecimento comercial ou de sítio ou domínio eletrônico na *Internet*, isto é, de *website*.

Observe-se que, há pouco tempo, o Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu, em decisão unânime proferida pela 28ª Câmara de Direito Privado (nos autos do Agravo de Instrumento nº 2108119-31.2017.8.26.0000), como válida a penhora de domínio eletrônico na *Internet*.

Na ocasião, o desembargador Gilson Miranda, relator do caso, assinalou, em seu voto, que a Súmula 451 do Superior Tribunal de Justiça – que considera “legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial” – combinada com o disposto no art. 1.142 do Código Civil – que considera, como estabelecimento, “todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária” – canaliza para o entendimento de que “admite-se a penhora do website e de outros intangíveis relacionados com o comércio eletrônico” (texto do Enunciado 488 da V Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal). Também asseverou o aludido magistrado que tais bens intangíveis se assemelham aos direitos sobre a marca de um determinado produto, cuja penhorabilidade é incontroversa.

No intuito de consagrar esse referido entendimento – e para que também não parem dúvidas acerca da penhorabilidade em tese de bens intangíveis como o sítio ou domínio na *Internet* (*website*) e outros relacionados com o comércio eletrônico –, entendemos, pois, ser oportuno e adequado, tal

como foi proposto pelo autor da iniciativa legislativa em exame, incorporá-lo expressamente à lei. Também é apropriado aprimorar, de modo amplo, a redação ofertada pelo autor da proposta legislativa em exame.

Convém ressaltar que, para o fim de se manter a penhora válida, não deve importar, na hipótese tratada, se a comercialização dos aludidos bens intangíveis será problemática ou se o resultado de eventual arrematação não será satisfatório, mas somente o interesse do credor exequente. Se ele se der por satisfeito com a penhora, esta deverá ser mantida. Noutras palavras, pode até ser que o credor não tenha sua dívida paga diretamente em decorrência da penhora do *website*, mas o incômodo que tal medida judicial provocará talvez influencie bastante o devedor a quitar a dívida ou negociar um acordo para solucioná-la.

Na esteira do que foi referido, cabe, portanto, adotar providência legislativa com vistas a acrescentar um inciso ao caput do aludido art. 835 que preceda o atual inciso XIII, renumerando-se este para inciso XIV, a fim de se firmar expressamente no Código de Processo Civil a penhorabilidade de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores. Com tal medida, esses restarão também posicionados em penúltimo lugar na ordem de preferência lá estabelecida para penhora.

É de se assinalar que, dessa maneira, em caso de execução judicial de crédito, seja civil ou fiscal, se a empresa devedora não pagar ou não indicar bens suficientes à garantia do débito e se não forem encontrados outros bens ou direitos para penhora segundo a ordem prevista no art. 835 do Código de Processo Civil, restará indubitado que a empresa estará sujeita à penhora de bens intangíveis como o estabelecimento comercial ou o sítio ou domínio na *Internet (website)*.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.568, de 2018, nos termos do substitutivo ora oferecido cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em 22 de maio de 2018.

Deputado HILDO ROCHA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.568, DE 2018

Altera o art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015, mormente para explicitar a penhorabilidade de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores.

Art. 2º O art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 835.

.....

XIII - bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores;

XIV - outros direitos.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado HILDO ROCHA

Relator